

Após Campanha, Sindieletro define agenda permanente de lutas

Foto: Benedito Maia/Arquivo

Depois da grande mobilização para renovar o Acordo, os eletricitários preparam novas batalhas para, em 2007, consolidarem as conquistas e para impulsionarem a luta pelas reivindicações que não avançaram nesta Campanha. A direção do Sindieletro já se prepara para atuar nos Grupos de Trabalho, previstos no Acordo, que irão tratar de questões estratégicas como o PCR e o direito à organização, em especial o acesso de dirigentes às instalações da empresa e setoriais.

O diretor de Formação do Sindieletro, Lúcio Parrela, destaca que é hora de dar uma guinada na forma como a empresa trata os grupos de trabalho. *“Os eletricitários defendem uma agenda permanente de mobilização, debate e luta para construir novos acordos. Os grupos de trabalho são um dos espaços que devem ser utilizados para qualificar o debate”*, explica.

O diretor aponta o PCR como um dos temas que deve ser seriamente debatido no Grupo de Trabalho, nos próximos meses. *“Este assunto interessa à categoria e à empresa. Temos que tomar cuidado para que as mudanças a serem implantadas pela Cemig não sejam negativas para o trabalhador, verticalizando ainda mais a estrutura e dando mais poder aos gerentes. Nosso desafio é dar transparência às avaliações de desempenho e democratizar a mobilidade e a progressão nas carreiras”*, avalia.

Em relação ao direito de organização dos eletricitários, o diretor acredita que 2007 será

o ano de retomar as setoriais dentro da Cemig. *“O Acordo dá abertura para a volta deste espaço na empresa, permitindo refletir sobre o dia-a-dia do trabalhador e sobre a organização da categoria”*, avalia.

Para Lúcio Parrela, a pauta permanente da categoria deve contemplar outras questões não resolvidas na mesa de negociação, reacendendo, por exemplo, a luta pelo fim da escala 6X3. *“Este modelo não é aceito pelos eletricitários, que sabem que estão sendo lesados em seu trabalho”*, alerta. Em relação à saúde e segurança, Lúcio considera a criação de uma comissão, sem poder deliberativo, um avanço tímido nesta Campanha, mas que representa o primeiro degrau para fazer um contraponto à atual política da empresa.

“Os números de acidentes de trabalho e de doenças profissionais mostram que a atual política de saúde e segurança da Cemig é fracassada. A categoria deve mostrar que não aceita como normal a morte de um trabalhador, seja da Cemig ou terceirizado, e dar um basta nesta situação”, ressalta.

Sem cortes no salário

No começo a direção da Cemig afirmava que não descontaria dos salários as horas em que o trabalhador estivesse participando de assembleias, reuniões e paralisações durante a Campanha para Renovação do ACT. Logo depois, no RH Informa Nº 24, a direção veiculou orientação técnica para descontar do eletricitário as horas



Em 2007, setoriais devem voltar a ser realizadas dentro da empresa

em que participou destas manifestações.

Diante do recuo da empresa, a direção do Sindieletro procurou o RH e cobrou a suspensão do desconto dos eletricitários. No último dia 6, a Cemig mudou a sua postura e atendeu ao sindicato, comunicando que não mais debitaria as

horas não trabalhadas.

O diretor de Comunicação e Cultura do Sindieletro, Marcelo Borges, ressalta que apesar do desconto de dia parado ser muitas vezes o preço a ser pago pelo trabalhador que se mobiliza para conquistar melhorias no seu Acordo, historicamente o Sindieletro negocia

com a empresa este item.

“O estranho, nesta Campanha, foi a Cemig tentar voltar atrás num compromisso assumido formalmente há poucos dias. De qualquer forma, esta foi mais uma vitória para os trabalhadores que tiveram reconhecido o seu direito de manifestação”, avalia Marcelo Borges.

Trabalhadores destacam atuação sindical

A direção do Sindieletro recebeu várias mensagens de eletricitários parabenizando pela condução das negociações nesta Campanha. Da Sede chegou o e-mail de um grupo destacando o espírito de luta e atuação tranquila e transparente do sindicato. *“Nos sentimos honrados de sermos a melhor energia do Brasil, mas também temos consciência e orgulho de fazer parte deste que é considerado, hoje, um dos melhores movimentos sindicais de nosso país, respeitado e reconhecido por trabalhadores de todas as classes sociais, por outras empresas e que muitas vezes não é reconhecido por alguns colegas nossos”*.

“Parabéns Representantes

Sindicais! Parabéns Trabalhadores que não desistem nunca de lutar e que, mais uma vez, não se deixaram abater por pressões, sabendo se posicionar diante dos obstáculos que a vida profissional nos traz, em especial neste momento tão difícil para todos nós. Podem ter certeza que saímos desta negociação com o sentimento de que a missão foi cumprida e que juntos fizemos nossa parte”, diz a mensagem.

Os trabalhadores lamentam, no entanto, que em determinado momento a categoria tenha se deixado seduzir pelo abono e aprovado uma contraproposta por considerar que o dinheiro é mais importante que outros itens.

Em outro e-mail, uma eletricitária destaca a coerência e intervenção qualificada. *“Vocês conduziram as negociações com muita consciência e maturidade. Acho que houve um crescimento imenso na condução do trabalho”*, disse. Um agente comercial de Belo Horizonte destaca que *“apesar de não termos conseguido um grande avanço nas negociações, resgatamos nosso orgulho e mostramos à direção da empresa que ainda somos fortes e determinados. Este foi o ponto forte da Campanha”*.

Para a direção do Sindieletro, estas mensagens representam a maior conquista que uma entidade sindical pode alcançar: a confiança dos trabalhadores.

Na Regional Oeste terceirizados paralisam atividades por falta de condições de trabalho



Trabalhadores da empresa de leitura SERPRIM, em Formiga, paralisaram as atividades nos dias 8, 9 e 10 de novembro, porque desde setembro não estavam recebendo a complementação salarial, usada não só para o deslocamento pessoal, mas também para o desempenho das atividades profissionais. Além disso, o salário referente a outubro também estava atrasado. A empreiteira alegou que não estava com os pagamentos em dia, porque ficou sem receber o repasse da Cemig.

Sem os vales-transporte ou sem o dinheiro do combustível para abastecer as motos, os 15 leituristas ficaram sem condi-

ções de trabalhar. Por isso, pararam para pressionar a empresa e a Cemig a resolver o problema. Alguns trabalhadores foram até a Companhia, em Formiga para cobrar providências, mas resolveram continuar parados até o problema ser solucionado. “Mesmo com a garantia da Cemig de que o dinheiro seria creditado, decidimos continuar a greve, porque já aconteceu dela prometer e não cumprir”, falou um trabalhador.

Além dessa ação direta junto às empresas, os leituristas acionaram a Regional Oeste do Sindieletro, que entrou em contato com a Cemig e com a Delegacia Regional do Trabalho. A DRT se dispôs a marcar uma audiência com as empresas envolvidas, os trabalhadores e o Sindicato, caso fosse necessário. No entanto, na sexta-

feira (11), diretores da SERPRIM comunicaram aos trabalhadores que o problema com a Cemig já havia sido resolvido, e que o pagamento seria normalizado. Eles, então, voltaram às atividades na segunda (13), quando já receberam os atrasados. “Essa foi uma vitória importante, porque terceirizados da Cemig agiram de forma organizada e só voltaram a trabalhar quando o problema em questão foi resolvido. Sem medo e cobrando seus direitos, eles restabeleceram as condições de trabalho”, avaliou Celso Primo, coordenador da Regional Oeste.

Organizar para mudar

Na avaliação de Celso Primo, a terceirização é um grave problema na região, pois submete vários profissionais a péssimas condições de trabalho, o

que frequentemente gera acidentes graves e mortes. Em 2005, houve um acidente fatal com um terceirizado e, segundo ele, o caso foi negligenciado pela Cemig. A Regional Oeste do sindicato enviou dois ofícios à Cemig, pedindo esclarecimentos sobre o ocorrido, mas nenhuma resposta foi dada. “Poucas pessoas sabem o que aconteceu, já que a Cemig deu as costas para o fato. A intenção era esconder algo, ou o desprezo pela vida de um trabalhador é tanto que um acidente fatal não merece explicação?”

Segundo Celso, a famigerada busca por lucros por parte das empreiteiras e da Cemig cria uma situação de desrespeito à vida desses trabalhadores. Esta realidade de sofrimento por acidentes de trabalho, muitas vezes, não é conhecida pela sociedade, e até mesmo pela categoria, que está mais próxima dessa questão. “Este é um grande desafio: conscientizar a sociedade e organizar a luta junto aos terceirizados na busca de mais respeito à vida e à dedicação desses trabalhadores”, destacou Celso.

Últimos dias para sair do Odontológico

A Forluz estendeu o prazo até o próximo dia 20 para os trabalhadores pedirem exclusão do subprograma Odontológico. Quem não pedir o descredenciamento até esta data só poderá fazê-lo no início de 2008 e terá seu teto do PGE reduzido em R\$ 287,00. Por causa das condições desvantajosas do custeio, da baixa cobertura e das irregularidades na implantação do subprograma, muitos trabalhadores já solicitaram a exclusão e o Sindieletro questiona a sua legalidade na Justiça.

O Odontológico foi implantado sem o consentimento do comitê do Prosaúde Integrado (PSI). A postura da Forluz foi denunciada pelo sindicato à Agência Nacional de Saúde (ANS), que já afirmou que a terceirização é ilegal para planos de auto-gestão. Esta forma de sub-contratação também pode ser questionada pela Se-



Foto: Benedito Maia

Cobertura é uma falha do plano

cretaria de Previdência Complementar (SPC). Nova audiência para discutir a questão foi marcada para 14 de fevereiro no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em Belo Horizonte.

Apesar das claras irregularidades, a Forluz insiste na divulgação do plano operado pela Odontoprev para atrair trabalha-

dores que já abandonaram o programa e são chamados a retornarem até 20 de dezembro. “A Forluz tenta, através de seu marketing, estimular os trabalhadores a aderirem a um plano que a Cemig se recusou a negociar. Além disso, a Fundação não divulga o número de exclusões efetuadas até agora”, critica Henderson Hirata, diretor de Saúde e Previdência.

Apesar do Extra Acordo determinar que o Odontológico seria custeado com recursos do Prosaúde, sendo que a diferença das despesas, estimada em R\$ 10 milhões por ano, seria dividida igualmente entre a patrocinadora e os participantes, a empresa impôs à categoria a co-participação em vários procedimentos. A Cemig também fixou o custeio paritário em metade do valor previsto no Extra-Acordo e a redução do PGE em R\$ 287,00.

FALA TRABALHADOR(A)

Como você avalia a Campanha para a Renovação do Acordo Coletivo?

Fotos: Benedito Maia



A Campanha foi muito boa e nos deu experiência para as próximas negociações. Nossa

persistência garantiu avanços e se o Acordo não foi melhor; foi por causa da aceitação rápida pelos outros sindicatos. Nosso esforço e o trabalho do Sindieletro na mesa de negociação garantiram avanços. Sabendo das nossas necessidades, a direção da Cemig tenta jogar; mas teve que se mover. Os trabalhadores estão mais atentos à necessidade de ir à luta, demonstrando sua indignação com esta postura da empresa. Para mim uma das melhores conquistas foi a abertura para o sindicato realizar setoriais e colher idéias dos trabalhadores. Para o próximo ano, temos que cuidar para não perder direitos.

Ailton Ribeiro Gomes,
Mecânico de Manutenção –
GE/E, Q-18, Cidade Industrial



Na nossa região a adesão à Campanha foi grande. Fazendo um

apanhado, acho que tudo valeu a pena. Só no final a categoria se dividiu, mas isso foi por causa dos outros sindicatos. O Sindieletro levou as nossas reivindicações e deu transparência ao processo. Todas as conquistas deste Acordo têm seu peso e se não fosse a nossa mobilização a PR seria menor. A nossa organização foi o ponto chave. Para a próxima campanha espero que a categoria conquiste a PR linear e que a empresa dê mais flexibilidade aos critérios do Auxílio-educação. Da forma como é hoje, trabalhadores que, como eu, fazem cursos anuais têm dificuldade de se encaixar nas regras.

Walderês Rodrigues Alves,
Técnica em Distribuição –
DC/SE, Sete Lagoas

Copasa segue exemplo da Cemig nas práticas anti-sindicais

Foto: Benedito Maia



Ataques à organização dos trabalhadores chegam à Copasa

A direção da Copasa, seguindo o exemplo da Cemig, adota a política neoliberal de retirar direitos dos trabalhadores, proibir o acesso dos dirigentes sindicais e censurar a distribuição de informativos do Sindágua, sindicato que representa a categoria, nas instalações da empresa.

O presidente da Copasa, Marcio Nunes, não teve constrangimento algum em documentar a censura através da Correspondência Externa 1425, que determinou que o sindicato encaminhasse solicitação formal com antecedência mínima de 16 horas para a liberação de dirigentes. O documento também solicita apreciação prévia pela direção da empresa das matérias veiculadas pelo sindicato, podendo vetar o conteúdo considerado “político-partidário”.

José Maria dos Santos, presidente do Sindágua, considera os ataques “uma marca da gestão do presidente Márcio Nunes, subserviente ao PSDB, que nunca resolve as relações de trabalho com diálogo”. Ele aler-

ta que a categoria está indignada e mobilizada e não vai aceitar os ataques. O diretor de comunicação do sindicato, Rogério Matos, informa que as práticas anti-sindicais já foram denunciadas à Organização Internacional do Trabalho (OIT), à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), ao Ministério Público e à CUT.

Punição exemplar

Aumenta a vigilância do poder judiciário sobre a truculência dos empregadores. A Sadia responde na Justiça do Tra-

balho por suas práticas anti-sindicais, principalmente por ter forjado uma “comissão de funcionários”, em Uberlândia, para obrigar os trabalhadores a aceitarem a proposta de Acordo Coletivo de Trabalho já rejeitada em assembléia da categoria. Cerca de 70 trabalhadores, que não aceitaram participar da farsa, foram demitidos. Uma liminar proibiu a Sadia de discriminação por filiação ou atividade sindical, sob pena de multa de R\$ 50 mil por cada ato ilegal.

Trabalhadores são contra a “copasinha”

Os trabalhadores também estão mobilizados para barrar o Projeto de Lei 3.374/2006, do governo do estado, que cria uma “copasinha” para atuar nas regiões do Vale do Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus, nos municípios do Norte de Minas e com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média do estado, deixando com a Copasa os municípios com IDH acima da média estadual.

Para a direção do Sindágua, o PL cria “a Copasa dos pobres e a Copasa dos ricos”, garantindo 100% dos lucros para os acionistas da subsidiária que atuar nas regiões mais prósperas. Ao mesmo tempo, o gover-

no do estado assumirá os prejuízos do atendimento à região mais pobre e os consumidores sofrerão ainda mais com a precarização dos serviços.

Como o assunto é polêmico, o governo do Estado encaminhou à Assembléia Legislativa, no dia 6 de dezembro, um novo projeto (3778/2006) para tratar apenas da criação da subsidiária das águas minerais, a única parte do projeto original em que há consenso entre governo, trabalhadores e comunidade. Este novo projeto de lei foi enviado com pedido de urgência e deve ser votado ainda este ano. O Sindágua, as entidades sindicais e sociais, e os deputados que fazem oposição

ao PL 3.374/06, consideraram uma vitória o desmembramento do projeto, pois possibilitará a ampliação do debate sobre a criação das outras duas subsidiárias (saneamento e irrigação do Jaíba).

A audiência pública marcada para o dia 13 de dezembro para discutir a divisão da Copasa entre áreas de maior e menor poder aquisitivo foi adiada. Assim, os trabalhadores e as entidades querem voltar a discutir o projeto de lei 3374 a partir de 2007 com os novos deputados, de maneira a garantir os avanços obtidos nos debates que aconteceram na capital e no interior do estado ao longo de 2006.

“Reeleição da tirania”

Para o presidente da CUT estadual e diretor do Sindieletro, Lúcio Guterres, o que se assiste em Minas Gerais é o triunfo da tirania. “Não há punição para os mandantes dos crimes contra fiscais e motoristas do Ministério do Trabalho, para os assassinos dos sem-terra e para os policiais que batem, prendem e humilham militantes e dirigentes dos sindicatos e movimentos sociais”.

Para ele a prova de que organizar movimentos reivindicatórios, fazer luta de classe, cobrar direitos humanos e sociais se tornou um caso de polícia no estado são os processos criminais contra assessores e dirigentes sindicais por manifestarem suas opiniões. “O governo Aécio Neves orienta esta prática na administração direta e nas empresas públicas. A direção da Cemig processa, prende, provoca e intimida os dirigentes do Sindieletro e os trabalhadores, usando, inclusive, o batalhão de choque da Polícia Militar; além de dificultar a circulação das informações do sindicato. Agora estas práticas, que nem os governantes mais sombrios da ditadura militar ousaram adotar, estão sendo exportadas para a Copasa”, criticou.

Guterres avalia que o governador “não copia a ditadura militar; vai além, e castiga quem fala a verdade”. O dirigente destaca que “em Minas não se pode ter opinião contrária ao do governador e a grande mídia só reproduz a opinião do Palácio. Quem tenta estabelecer o contraditório por outros meios é desmoralizado pelo governador e por

seus assessores. Resumindo: Não se pratica liberdade na terra da liberdade”.

Em defesa da liberdade e da verdade

Para contrapor a tirania do governo do estado, disse Lúcio, a CUT realizará um amplo debate com dirigentes sindicais, lideranças populares e outros setores da sociedade. A discussão também deverá envolver estudantes, movimentos pela igualdade racial, sem terra, cultural, OAB, imprensa, parlamentares, intelectuais, reitores, professores, doutores, Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho, prefeitos, OIT e todos que lutam pela democracia.

Guterres explica que estará em pauta o estado que queremos, o que é democracia, o poder do governador, o papel da imprensa no estado democrático de direito e a autonomia de ir e vir no sistema democrático. “Também faremos questionamentos em relação ao nosso direito de nos reunirmos pacificamente em locais abertos, como garante o artigo 5º parágrafo 16º da Constituição de 88”, destaca.

O dirigente sindical avalia que todo este debate possibilitará a denúncia e a desmoralização da tirania de Aécio, criando uma unidade e mobilização para mudar a situação no estado, na Copasa e na Cemig. “Nenhuma tirania durou para sempre na Terra e não será Minas Gerais – cuja bandeira conchama liberdade ainda que tardia – que vai ter indeterminadamente um tirano”, conclui.

Eleição de líderes populares conduz América Latina para a integração

Hugo Chávez, reeleito presidente na Venezuela, e Rafael Correa, eleito no Equador, reforçam a opção dos povos latino-americanos por governos soberanos que priorizem o desenvolvimento social

Foto: Marcelo Borges

No dia 03 de dezembro, o povo venezuelano elegeu Hugo Chávez como seu presidente, pela terceira vez. Com 62,89% dos votos, a vitória foi ainda mais esmagadora que a obtida no referendo revogatório de 2004, quando 59,1% da população votou pela continuidade de Chávez na presidência do país. Chávez admitiu que o resultado foi “motivante” e “emocionante”.

“Em cada eleição que passa, amplia-se o número de pessoas conscientes que clamam por mudanças profundas em nosso país. O caminho desta República passa por uma revolução democrática, social, política, econômica e moral, que continue integrando os venezuelanos”, afirmou Chávez. Ele garantiu que a Venezuela permitirá a todos os cidadãos “as mais altas liberdades de participação, pensamento e expressão”.

Democracias se renovam

Vários governantes mandaram felicitações ao presidente reeleito. O presidente da Bolívia, Evo Morales, disse que “felizmente, com o triunfo de Chávez, praticamente se acabam as democracias controladas e servis na América Latina. Queremos democracias para o povo e não para certos interesses externos”. Fidel Castro, presidente de Cu-



Venezuelanos defendem governo de Chávez nas ruas de Caracas

ba, destacou que a façanha política do povo venezuelano “comoveu o mundo e marcou a história da América do Sul”.

Rafael Correa, do Partido Renovador Institucional Ação Nacional (PRIAN), venceu as eleições em 26 de novembro, no Equador, contra o candidato conservador, o bilionário Álvaro Noboa. Anunciou que os pagamentos da dívida externa serão reduzidos já em 2007, e que, a partir de sua posse, o petróleo do Equador será refinado na Venezuela, ao invés de ser exportado bruto, e que irá renegociar os contratos com as petroleiras para ampliar a participação estatal no setor.

Resgate da cidadania

Segundo Leonardo Timóteo, coordenador do Sindieletrô na Regional Metalúrgica, o projeto humanista e solidário que começou com Chávez, está presente em outros países da América Latina. Ele e outros diretores do sindicato participaram do Fórum Social Mundial em Caracas, na Venezuela, em janeiro de 2006, onde testemunharam a transformação.

“Eu vi na Venezuela uma revolução de cidadania. O governo distribui gratuitamente edições de bolso da Constituição da República, que também são vendidas em bancas nas ruas. As decisões do governo levam em

Resposta ao fracasso neoliberal

Este foi um ano de vitórias do projeto popular na América Latina. No Brasil, a reeleição de Lula esteve em sintonia com a vitória de outros líderes no continente. Rafael Correa venceu no Equador; Tabaré Vázquez, no Uruguai; Chávez, na Venezuela; Michelle Bachelet, no Chile; Evo Morales, na Bolívia; Néstor Kirchner, na Argentina; e Daniel Ortega, na Nicarágua.

O presidente eleito do Equador, Rafael Correa, em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, destacou a importância dessas novas lideranças à frente de um projeto político que supere os estragos causados pela onda neoliberal da década de 90. “A América Latina não está vivendo uma época de mudança, mas sim uma mudança de época, com o sepultamento do Consenso de Washington, para o qual os latino-americanos não foram sequer chamados a participar; e que resultou num estrondoso fracasso para o continente”.

Na avaliação do diretor do

Sindieletrô, Carlos Alberto de Almeida (Gonzaguinha), assim como fez o governo Lula no Brasil, estes novos governos querem barrar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que prejudicaria os países pobres e beneficiaria os Estados Unidos. Para Gonzaguinha esta nova geração de presidentes fortalece o Mercosul, um projeto de integração regional mais voltado para as necessidades da população.

“Estas vitórias representam o anseio popular por mudanças profundas na América Latina. Cresce a consciência de que é preciso frear a política arrogante, imperialista e opressora do governo Bush para o mundo. Felizmente, o povo latino-americano está vencendo a submissão e voltando a ter esperança de dias melhores”, avalia. Para ele, “está na hora dos trabalhadores entrarem de vez no debate sobre a necessidade de um modelo político e de desenvolvimento econômico capaz de construir um mundo melhor”.

conta as questões discutidas no Conselho Comunal, composto por representantes das diversas regiões do país. As riquezas que foram privatizadas agora são do povo novamente. A Venezuela

encontrou um caminho próprio, de resgate das múltiplas identidades e do amor ao país, de valorização da cultura indígena e do lugar do povo na política, sem restrições”, destacou Leonardo.

